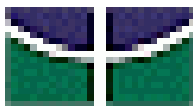


Universidade de Brasília
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e
Documentação – FACE
Departamento de Ciência da Informação e Documentação - CID

Larissa Melo Bezerra de Oliveira

Direito autoral no acesso aberto à Literatura Científica

Brasília-DF
2008



Universidade de Brasília
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e
Documentação – FACE
Departamento de Ciência da Informação e Documentação - CID

Larissa Melo Bezerra de Oliveira

Direito autoral no acesso aberto à Literatura Científica

Monografia apresentada ao Departamento de
Ciência da Informação e Documentação da
Universidade de Brasília como requisito parcial
para obtenção do grau de bacharel em
Biblioteconomia.

Orientadora: Prof. Sely Maria de Souza Costa

Brasília-DF

2008

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação (FACE)
Departamento de Ciência da Informação e Documentação (CID)

Aluna: **Larissa Melo Bezerra de Oliveira**

Monografia: Direito Autoral no Acesso Aberto à Literatura Científica. Apresentada ao Departamento de Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Brasília, 15 de dezembro de 2008.

Aprovada por:

Sely Maria de Souza Costa – Orientadora
Professora do Departamento de Ciência da Informação e Documentação (CID)
PhD em Ciência da Informação (Loughborough University)

Fernando César Lima Leite – Membro
Doutorando em Ciência da Informação

Neide Aparecida Gomes – Membro
Mestre em Ciência da Informação

Oliveira, Larissa Melo Bezerra de Oliveira

O direito autoral no acesso aberto à literatura científica/

Larissa Melo Bezerra de Oliveira. – – Brasília, 2008

51 f.; 30 cm.

Monografia apresentada ao Departamento de Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Biblioteconomia.

Orientador: Sely Maria de Souza Costa

Banca examinadora: Fernando César Lima Leite, Neide Aparecida Gomes.

Bibliografia

1. Comunicação científica 2. Acesso aberto à literatura científica 3. Direito Autoral. I. Título.

Dedicatória

Dedico este trabalho aos meus pais, Vânia e Aluízio, que tanto cuidaram da minha formação e educação.

Agradecimentos

A Deus, responsável por tudo o que tenho e o que sou; À minha mãe, meu grande tesouro e que muito a amo; À professora Dr^a Sely Maria de Souza Costa, pela paciência e orientação; E a todos que, direta ou indiretamente, proporcionaram a realização deste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma revisão de literatura relevante e sucinta a respeito dos tópicos: comunicação científica, acesso aberto à literatura científica e o direito autoral no acesso aberto à literatura científica. Esses tópicos constituem, na verdade, o referencial teórico construído para nortear a condução do estudo. Esse referencial, portanto, está refletido na própria estruturação do trabalho, como resultado da análise da literatura. Entende-se que esses são os temas que devem ser discutidos em um trabalho centrado no tema direito autoral à literatura científica no contexto do acesso aberto. Configurado como um trabalho exploratório, por tratar de um tema pouco estudado, o estudo foi conduzido por meio de análise da literatura especializada nos tópicos que constituem seu aporte teórico. Como resultado, descreve o estado da arte do direito autoral no acesso aberto à literatura científica, destacando as questões que parecem refletir melhor o tema e que, portanto, contribuem para seu entendimento e para subsidiar as discussões a seu respeito.

Palavras-chave: Comunicação científica. Acesso aberto. Literatura científica. Direito autoral.

ABSTRACT

This work presents a brief and relevant literature review about what concerns: scholarly and scientific communication, open access to scientific literature and copyright. These are indeed the topics that should actually be discussed in a work focused on copyright for the scholarly and scientific literature in the context of open access. These topics, therefore, constitute the theoretical framework built to guide the development of the work and to reflect its own structure, as a result of the analysis of the literature. Since the work constitute an exploratory study, because of approaching a still slightly explored theme, the study was carried out by analysing specialised literature on topics that represent its theoretical basis. As a result, the work describes the state of the art of copyright in the context of open access to scholarly and scientific literature, with highlights of the most relevant issues needed to both understand the subject and subsidise discussions about it.

Keywords: Scholarly and scientific communication. Open access. Scientific literature. Copyright.

LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1: Modelo conceitual do estudo.....	14
Figura 3.1: Modelo do processo de comunicação, de Garvey; Griffith, 1979, adaptado por Hurd (1996).....	23
Figura 3.2: Modelo híbrido do processo de comunicação de Costa (1999), adaptado de Garvey ; Griffith (1979).....	24
Figura 3.3: Modelo do processo de comunicação de Hurd (1996), adaptado de Garvey; Griffith (1979).....	25
Figura 3.4: Modelo do processo de comunicação científica de Costa (2008), adaptado de Garvey & Griffith para um ambiente híbrido e no contexto do acesso aberto.....	26
Figura 3.5: Modelo do processo de comunicação de Hurd (2004), adaptado de Garvey; Griffith (1979) e ilustrando o ambiente baseado no acesso aberto.....	27
Figura 3.6: Versão no nível mais agregado do modelo de Björk (2005).....	29
Figura 4.1: Tipos de permissão com base no Creative Commons.....	38

LISTA DE QUADROS

Quadro 3.1: Diferenças entre os canais formais e informais de comunicação	18
Quadro 3.2: Diferenças entre os elementos formais e informais da comunicação da informação	18

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 6.1: Pesquisa de Rowlands e Nicholas em relação ao interesse do autor nos direitos autorais.....	49
--	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1 Definição do problema.....	9
1.2 Objetivos da pesquisa	10
1.2.1 Objetivo Geral.....	10
1.2.1 Objetivos Específicos	10
1.3 Justificativa	11
2. METODOLOGIA	13
2.1 Referencial teórico	13
2.2 Plano do estudo: método e instrumentos de pesquisa	15
3. COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA.....	16
3.1 Canais de comunicação formais e informais	17
3.2 Modelos do processo de comunicação	20
3.3 Periódicos eletrônicos	29
3.4 Considerações finais	32
4. ACESSO ABERTO À LITERATURA CIENTÍFICA.....	33
4.1 Aspectos históricos.....	33
4.2 Acesso aberto à Literatura Científica e Acesso Aberto ao Conhecimento Científico	35
4.3 Acesso aberto e acesso livre: necessidade de precisar a terminologia	36
4.4 Considerações finais	39
5. DIREITOS AUTORAIS.....	40
5.1 Breve histórico da proteção ao direito de autor	40
5.2 Convenção de Berna.....	41
5.3 Natureza Jurídica dos Direitos Autorais no Brasil	41
5.3.1 Direito Moral	43
5.3.2 Direitos Patrimoniais.....	44
5.4 Considerações finais	45
6. O DIREITO AUTURAL NO ACESSO ABERTO À LITERATURA CIENTÍFICA	47
6.1 Considerações iniciais.....	47
6.2 Conhecimento do autor sobre os Direitos Autorais	47
6.3 Considerações finais	49
7. CONCLUSÃO	51
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	53

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

1.1. Definição do problema

Uma nova tendência de publicações de periódicos surgiu após uma crise decorrente do encarecimento das suas assinaturas que os tornou pouco acessíveis à comunidade científica, em particular, e à sociedade em geral. Esse processo desencadeou muitas discussões de acadêmicos para a criação de soluções alternativas que pudessem garantir acesso amplo aos conteúdos de revistas científicas.

Tais discussões proporcionaram nova visão para a comunicação científica, inovando a forma de disseminação de resultados de pesquisa. Mais que isso, essas discussões têm feito surgir novas tendências na avaliação de artigos e nas medidas de impacto das pesquisas. Desse modo, deu-se origem ao assim chamado movimento em favor do acesso aberto, o qual tornou-se um assunto instigante e muito debatido em diferentes áreas do conhecimento, incluindo a Ciência da Informação. O movimento teve início com o movimento BOAI (*Budapest Open Access Initiative*), denominado no Brasil de Iniciativa de Acesso Aberto.

Um dos grandes incentivos para o movimento em favor do acesso aberto foi o aumento exponencial do número de periódicos científicos eletrônicos, graças ao desenvolvimento tecnológico. Apesar da discussão ter tido seu início na década de noventa, o acesso aberto tem sido um tema amplamente discutido em congressos e todo tipo de evento científico nos dias atuais.

A discussão dá-se mais acaloradamente devido ao sucesso da iniciativa, que acarreta modificações substantivas no sistema de comunicação da informação científica. Isso porque envolve todos os agentes responsáveis pelo processo de comunicação da ciência. Entre tais agentes estão as editoras -empresas responsáveis por grandes movimentações financeiras-, os autores (pesquisadores), os leitores (pesquisadores e outros atores do sistema de comunicação e da sociedade), além das universidades, das agências de fomento e de outros organismos governamentais.

Nesse contexto, uma questão que tem um debate ainda mais acalorado e que, de fato, é central nessas discussões, é o direito autoral. Sabe-se que se tem travado uma verdadeira quebra-de-braço entre os autores e editores sobre essa questão. Isso porque o movimento vai de encontro aos interesses dos editores, visto que tem sido por elas interpretado como podendo diminuir seus lucros exacerbados. Tais lucros, por sua vez, são resultado dos modelos de negócio de cada uma.

Tem-se, então, o intuito de, ao final do trabalho, responder a seguinte pergunta: **“Qual o estado-da-arte, identificado na literatura especializada e disponível em variados formatos, do direito autoral no contexto do acesso aberto à literatura científica?”**

A resposta a esta pergunta será fundamentada de acordo com os objetivos específicos da pesquisa. Estes, por sua vez, auxiliam ao atingimento do objetivo geral da pesquisa. A seguir, estão descritos os objetivos que nortearam o desenvolvimento da pesquisa.

1.2. Objetivos da pesquisa

1.2.1. Objetivo Geral

Apresentar, com base na literatura especializada disponível em variadas fontes de informação e em diferentes formatos, o estado-da-arte do direito autoral no contexto do acesso aberto à literatura científica.

Para isso, o estudo tem como objetivos específicos:

1.2.2 Objetivos Específicos

1. Identificar fontes relevantes de informação sobre Acesso Aberto e Direito Autoral;
2. Discorrer sobre questões relevantes que permeiam o debate sobre o direito autoral em geral e no contexto específico do Acesso Aberto à literatura científica;

1.3 Justificativa

O presente trabalho busca discutir questões que focam os aspectos do direito autoral e que tratam da questão patrimonial, relacionada ao direito de exploração comercial da propriedade intelectual. O direito autoral constitui-se de dois aspectos fundamentais. O primeiro, o direito moral, que corresponde ao direito de propriedade intelectual sobre o conhecimento produzido por um autor. O segundo, o direito patrimonial, que se refere ao direito de exploração comercial dos registros desse conhecimento.

O acesso aberto visa, entre outras questões, ao acesso amplo e irrestrito à informação, sem que para isso o autor seja obrigado a ceder inteiramente o direito patrimonial, parte do direito autoral, para os editores. Graças a esse movimento, o direito autoral tende a deixar de ser uma barreira para o acesso à informação.

Entretanto, essas questões não parecem suficientemente conhecidas da comunidade científica em geral, nem da comunidade da Ciência da Informação. Torna-se, portanto, necessário o estudo de aspectos relacionados ao direito autoral, particularmente no que se refere ao seu comportamento moral e comercial, visando a esclarecer suas diferenças ao aplicar conhecimentos do Direito à Ciência da Informação.

O direito autoral carrega uma peculiaridade em relação aos demais ramos do direito. Tal peculiaridade, por seu turno, o torna, muitas vezes, incompreensível para os que o detêm, no caso o autor. Mais que isso, é cômodo para os que detêm a titularidade desse direito, via de regra, o editor. A falta de informação sobre o assunto traz à comunidade científica um vácuo que pode ser preenchido por meio de pesquisas em fontes relevantes sobre o assunto. Isso porque já existe, de fato, um acervo informacional sobre o tema, disponível em fontes variadas.

O esclarecimento do tema exige estudos cuidadosos e com potencial para reduzir incertezas e aprimorar seu conhecimento. Adicionalmente, deve incentivar autores e estudiosos da Ciência da Informação não só a investigar o tema, mas, principalmente, a usufruir os benefícios das iniciativas do Acesso Aberto.

É importante notar que autores têm interesse de que seus trabalhos publicados sejam citados o máximo possível, refletindo sua utilidade de várias formas. Nesse sentido, o interesse dos autores está voltado tanto para favorecer um ponto de vista, como para contribuir como instrumento de educação acadêmica ou, ainda, para agregar conhecimento. Entretanto, não deve ser necessário que sejam despendidos muitos recursos financeiros com o acesso a esses conteúdos. O acesso aberto, portanto, é uma iniciativa bastante discutida, por almejar um resultado ousado em favor tanto de leitores quanto de autores. Provoca, por isso mesmo, reações adversas por parte de editores, responsáveis que são por movimentar parte considerável da economia mundial. A questão central, no entanto, que permeia tanto iniciativas quanto reações, diz respeito ao direito autoral, tema deste estudo.

CAPÍTULO 2

METODOLOGIA

O presente estudo fundamenta-se nas noções essenciais às discussões sobre o direito autoral no contexto do acesso aberto. Visa a contribuir para o esclarecimento do tema, especialmente no que concerne à comunidade científica brasileira em geral, e da Ciência da Informação em particular. Para tal, são abordados os conceitos que constituem a base teórica para o tema, e que nortearam a condução do estudo, como referencial teórico adotado. Esse referencial, portanto, está refletido na própria estruturação do trabalho, como resultado da análise da literatura relevante sobre os temas abordados.

2.1 Referencial teórico

São quatro as questões relevantes discutidas sobre o tema deste estudo. Primeiro, a comunicação científica, discutida sucintamente como o contexto mais amplo em que está inserida a discussão. Segundo, a literatura científica, constituída dos registros do conhecimento gerado com a pesquisa científica. Sobre a literatura, o estudo dá enfoque especial aos periódicos científicos, na medida em que a maior parte das discussões nos dias atuais está focada neles. Em terceiro lugar, aspectos relacionados com a questão do acesso aberto à literatura científica são apresentados. O tema é amplo e acaloradamente discutido em um variado universo de fontes de informação, tais como listas de discussão, blogs e literatura convencional. Finalmente, discute-se o direito autoral em geral e no contexto do acesso aberto.

Entende-se que esses são os temas relevantes a serem discutidos em um trabalho centrado no tema direito autoral à literatura científica no contexto do acesso aberto. A figura 1 ilustra como esses conceitos estão relacionados. Apresenta, portanto, os dois aspectos centrais do estudo. Ou seja, reflete a base teórica que o fundamenta e, ao mesmo tempo, dá ênfase aos seus resultados, no sentido em que resume os aspectos essenciais da discussão sobre o tema estudado.

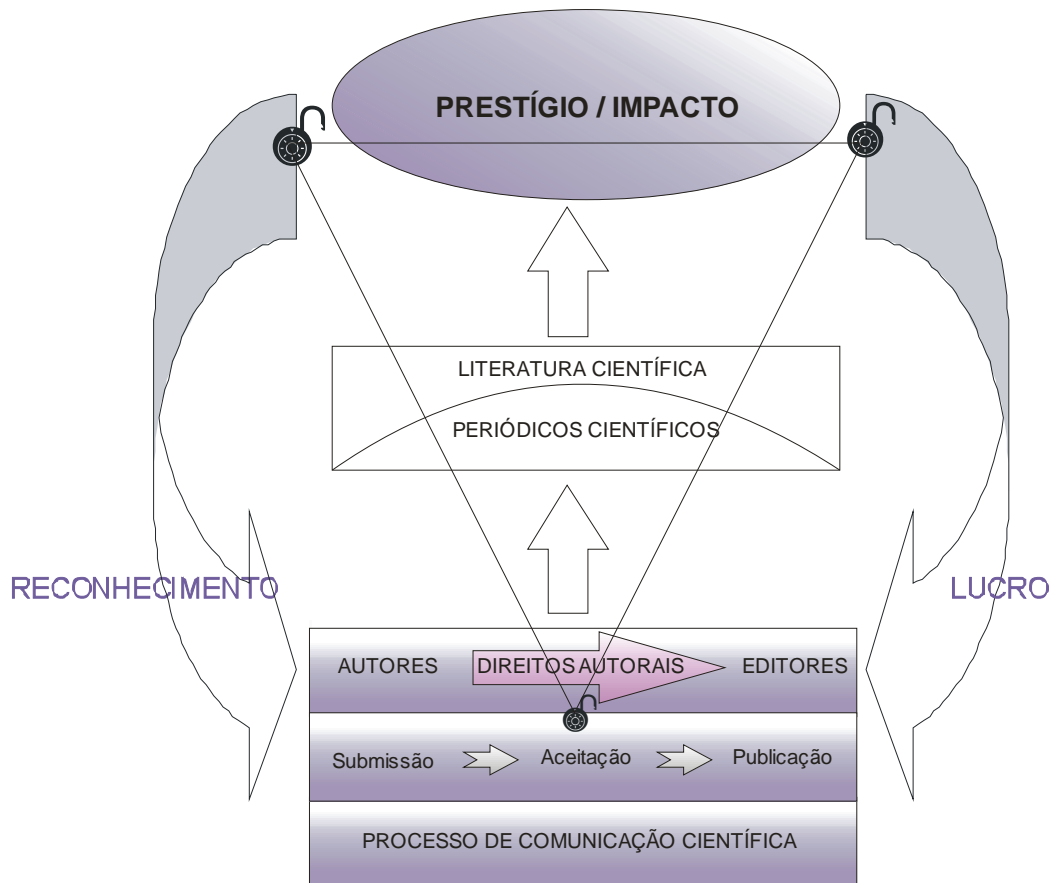


Figura 1: Modelo conceitual do estudo

Conforme estabelecido no modelo, a relação entre autores e editores dá-se, principalmente, pelo interesse dos primeiros em publicar seus trabalhos nas revistas editadas pelos últimos. Tal relacionamento envolve o processo de submissão de originais que, ao serem aceitos após rigorosa avaliação, são tornados disponíveis. Nesse processo, os autores geralmente passam aos editores a titularidade do direito autoral sobre os conteúdos por eles produzidos. A visibilidade dada a essa publicação retorna aos autores em forma de reconhecimento. Aos editores, no entanto, podem significar grandes lucros.

Nesse contexto, observa-se a interferência das políticas de acesso aberto, que visam a expandir o acesso e, conseqüentemente, o impacto da publicação sobre as pesquisas do autor. Isso por sua vez, requer novos dimensionamentos às questões dos direitos autorais, os quais devem, conforme observado por Oppenheim

e Souto (2008, p. 144), ser retidos pelos autores. Tal retenção “é ao mesmo tempo um efeito e uma precondição para o avanço do acesso aberto”.

Considerando-se que o assunto aqui tratado é pouco explorado na literatura, especialmente na Ciência da Informação, e no Brasil, decidiu-se por um desenho de pesquisa exploratória, teórica e baseada na análise da literatura sobre os temas necessários à abordagem apresentada. É o que se apresenta a seguir.

2.2 Plano do estudo: método e instrumentos de pesquisa

Configurado como um trabalho exploratório, por tratar de um tema pouco estudado, o estudo foi conduzido por meio de análise da literatura especializada nos tópicos que constituem seu aporte teórico. A identificação dessa literatura foi realizada por meio de consultas a bases de dados, ao portal da Capes, a catálogos online de bibliotecas e a fóruns de discussão. Desse modo, a investigação propriamente dita envolveu quatro etapas, assim discriminadas:

- Identificação de fontes de informação especializadas (livros, periódicos e anais de eventos) em que são discutidas questões teóricas a respeito do tema investigado;
- Leitura, interpretação e análise do conteúdo dessa literatura, para identificação dos aspectos relacionados ao tema e construção da fundamentação teórica do trabalho;
- Elaboração de textos em que são discutidos os aspectos identificados pela análise da literatura, configurando o estado da arte sobre o assunto pesquisado.

O método adotado para o estudo constitui-se, por conseguinte, de pesquisa bibliográfica e análise da literatura identificada através da pesquisa bibliográfica. Dessa maneira, foi possível a identificação de tendências no que diz respeito ao direito autoral e ao acesso aberto à informação científica. Os resultados obtidos desses levantamentos e leituras estão apresentados nos capítulos a seguir.

CAPÍTULO 3

COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

Os cientistas no século XVII já se importavam com a comunicação científica, pois tinham a consciência da sua influência na criação de novas idéias. Tanto que o surgimento do primeiro periódico científico data daquele século. Entretanto, para a Ciência da Informação, o envolvimento com estudos sobre a comunidade científica iniciou-se com seu próprio surgimento, em meados do século XX, e após a publicação da obra de Derek de Solla Price, *Little Science, Big Science*. Com isso, os estudos sobre a comunicação científica se intensificaram, especialmente na década de 1960. (MEADOWS, 1999).

A comunicação científica é o meio que os membros da comunidade científica utilizam para trocar informações entre si. Segundo Garvey (1979), está relacionada a atividades associadas à produção, disseminação e uso da informação, desde o momento em que surge a idéia do cientista para pesquisar, até que os resultados de sua pesquisa sejam aceitos como constituintes do conhecimento científico. Meadows (1999, p. vii) ressalta, em uma das sentenças mais citadas da literatura brasileira recente sobre o tema, que “a comunicação situa-se no próprio coração da ciência”. Com essa afirmação, o autor demonstra a importância que a disseminação dos resultados da pesquisa tem para o desenvolvimento da ciência e, por conseguinte, o avanço do conhecimento.

Com base na leitura de autores como Garvey, Meadows e outros, Leite (2006) propõe a seguinte definição para a comunicação científica:

A comunicação científica refere-se ao intercâmbio de informação e conhecimento entre cientistas, envolvendo ainda todas as questões relacionadas com a produção do conhecimento, a sua disseminação e uso. Pode ser entendida como o processo dinâmico e complexo por meio do qual o conhecimento científico é veiculado, além de proporcionar os meios de interação dentro e entre as comunidades científicas, possibilitando a criação, compartilhamento, e utilização de conhecimento.

Ferreira et al (2003) sistematizou as funções da comunicação científica da seguinte forma:

- fornecer respostas a perguntas específicas;
- concorrer para a atualização profissional do cientista no campo específico de sua atuação;
- estimular a descoberta e a compreensão de novos campos de interesse;
- divulgar as tendências de áreas emergentes, fornecendo aos cientistas idéia da relevância de seu trabalho;
- testar a confiabilidade de novos conhecimentos, diante da possibilidade de testemunhos e verificações;
- redirecionar ou ampliar o rol de interesse dos cientistas;
- fornecer feedback para aperfeiçoamento da produção do pesquisador.

É possível apreender, a partir dessas definições e abordagens, que o estudo da comunicação científica envolve uma variedade de aspectos. Um deles, também bastante discutido, diz respeito aos canais utilizados por cientistas para comunicar-se sobre suas pesquisas. É o que se discute a seguir.

3.1. Canais de comunicação formais e informais

A informação pode ser compartilhada tanto por meio de canais formais quanto de canais informais de comunicação. Garvey e Griffith (1979) esclarecem essa diferença. Para eles, nos canais formais a informação deve ser pública e armazenada por um período permanente, enquanto que nos canais informais a informação é veiculada a audiências restritas e sua armazenagem é temporária.

Meadows (1974, p. 93), ao discorrer sobre esse assunto, cita uma comparação feita por Garvey e Griffith em 1967, em que os autores listaram, àquela época, as principais diferenças entre os canais formais e informais, representados no quadro 1.

Quadro 3.1: Diferenças entre os canais formais e informais de comunicação

FORMAIS	INFORMAIS
Público potencialmente grande	Privada, público restrito
Informação permanentemente armazenada e recuperável	Informação não-armazenada e não recuperável
Informação relativamente antiga	Informação recente e atualizada
O fluxo da informação é orientado pelo usuário	O fluxo da informação é orientado pelo seu produtor
Disseminação uniforme	Direção do fluxo escolhida pelo produtor
Redundância moderada	Redundância às vezes muito importante
Pouco feedback para o autor, a interação é indireta	Feedback significativo para o autor, a interação é direta

Fonte: Meadows (1974, p. 93)

Le Coadic (1996, p.36) acrescenta que os meios comunicativos, por ele descritos como escrito e oral, são indispensáveis e utilizados em diferentes momentos. Esses canais se diferenciam quanto a suas características principais. As diferenças estabelecidas por Le Coadic muito se assemelham às discutidas por Meadows. O quadro 2 a seguir apresenta um esquema reproduzido por Café et al. (2002, p.1) com as principais diferenças entre a comunicação formal e informal estabelecidas por Le Coadic.

Quadro 3.2 - Diferenças entre os elementos formais e informais da comunicação da informação

<i>Elemento Formal</i>	<i>Elemento Informal</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Pública (audiência potencial importante) • Informação armazenada de forma permanente, recuperável • Informação relativamente velha • Informação comprovada • Disseminação uniforme • Redundância moderada • Ausência de interação direta • Privada (audiência restrita) 	<ul style="list-style-type: none"> • Informação não armazenada, não recuperável • Informação recente • Informação não comprovada • Direção do fluxo escolhida pelo produtor • Redundância às vezes muito importante • Interação direta

Fonte: Café et al (2002, p. 1)

Analisando as diferenças entre os canais formais e informais de comunicação, autores como Meadows (1999), Café et al (2002) e Leite (2006), atribuem os conceitos de conhecimento explícito para os canais formais e de conhecimento tácito para alguns dos canais informais, particularmente no que concerne à comunicação não escrita. Esse último conceito versa sobre a comunicação invisível, como, por exemplo, conversas, aulas, orientações, palestras, visitas, reuniões de grupos de pesquisa, reuniões científicas e outros mecanismos (Leite, 2006). Em relação à comunicação explícita, os exemplos mais relevantes são os livros, os artigos de periódicos eletrônicos ou impressos e os trabalhos publicados em anais de eventos. Os dois tipos de comunicação –formal e informal- apresentam vantagens e desvantagens.

Ainda segundo autores como Leite (2006), o intercâmbio de conhecimento por meio tácito permite uma maior interatividade de comunicação entre os membros da comunidade científica, o que diminui o tempo entre a produção e a utilização do conhecimento. Já a comunicação formal utiliza o conhecimento explícito e por isso aumenta a confiabilidade entre os indivíduos que a utilizam, pois esses documentos são submetidos à avaliação dos pares antes de sua publicação.

As dificuldades encontradas hoje no sistema de divulgação de trabalhos científicos via canais formais de comunicação são consequência do custo elevado e do grande tempo despendido na produção e distribuição de livros e periódicos. Este fato tem levado pesquisadores e cientistas a fazer uso bastante intenso da comunicação informal, com o intuito de atualizar mais rapidamente o conhecimento sobre pesquisas em andamento ou mesmo concluídas.

Para tanto, é importante observar que

Desde o seu princípio, a criação de um novo conhecimento, por meio do desenvolvimento de alguma atividade científica, é viabilizada também com base na alternância na utilização dos meios formais e informais. Portanto, a interação entre conhecimento científico tácito e explícito, por meio de um sistema de comunicação científica, é imprescindível para a criação de um novo conhecimento científico. (LEITE, 2006, p.50)

Ainda assim, os meios de comunicação formais, como dito anteriormente, são os “escolhidos” pela comunidade científica por serem avaliados antes de serem escolhidos pelo editor para a publicação. Essa avaliação, de fato, confere validade e certificação aos resultados da pesquisa. Como salienta MUELLER (2006, p.1),

A comunidade científica concedeu às revistas indexadas e arbitradas (com *peer review*) o status de canais preferenciais para a certificação do conhecimento científico e para a comunicação autorizada da ciência e deu-lhe, ainda, a atribuição de confirmar a autoria da descoberta científica. As revistas indexadas estão, dessa forma, no centro do sistema tradicional de comunicação científica.

A preocupação em relação à qualidade tornou os periódicos científicos como uma das principais fontes do conhecimento científico na maioria das áreas do conhecimento. Entretanto, as revistas possuem um custo altamente elevado, o que dificulta a manutenção das coleções pelas bibliotecas, além dos problemas relacionados ao processo da publicação de artigos, o que dificulta o acesso ao leitor.

O foco nos periódicos é também visualizado quando da representação do processo de comunicação científica. Variados modelos de representação revelam essa preocupação, representando o processo a partir da visão da publicação em periódico, mais do que em outro veículo, como pode ser notado na seção a seguir.

3.2. Modelos do processo de comunicação

Com o surgimento das tecnologias da informação e comunicação, o fluxo informacional sofreu modificações ao passar do meio impresso para o meio eletrônico. A afirmação de Meadows (1999) de que o meio de comunicação afeta a quantidade de informação em circulação e a forma com que é apresentada, é, portanto, ratificada.

Tais modificações, por outro lado, tendem a tornar o modelo apresentado por Garvey e Griffith (figura 3.1) inadequado para representar as modificações ocorridas em relação à tecnologia no âmbito da comunicação científica. Os autores representaram o processo de comunicação com a preocupação de detalhar cada uma de suas etapas, destacando a relação temporal de suas ocorrências. Essa

inadequação estimulou estudiosos a proporem novas representações do processo de comunicação científica.

Costa (1999), por exemplo, apresentou um modelo híbrido (figura 3.2), onde o processo de comunicação científica é ilustrado tanto no meio impresso quanto no meio eletrônico. A autora destacou a complementaridade desses dois meios em cada etapa do processo representada. O modelo é adaptável às evoluções que acontecem na tecnologia, à medida que permite ser adaptado a partir de uma presença maior ou menor nas etapas do processo. Adequa-se, também, às diferenças disciplinares que podem influenciar a adoção de tecnologias para comunicação da pesquisa.

É importante notar que o estudo de Garvey e Griffith (1979) baseou-se no processo de comunicação centrado no meio impresso. O de Costa (1999) ressalta a co-existência dos dois meios, o impresso e o eletrônico, em contraste com o modelo de outra autora, Hurd (1996), que considerou somente o meio eletrônico (figura 3.3). Nesse contexto, os padrões de comunicação científica de diferentes comunidades parecem influenciar a representação do processo de comunicação.

O modelo de Hurd (1996) leva em conta a presença do meio eletrônico como fator dominante do processo de comunicação, ilustrando-o de modo ubíquo em todas as etapas do processo. No entanto, convém destacar seus próprios comentários sobre a co-existência dos dois meios, ao descrever seu modelo de forma textual.

A influência da disciplina no processo de comunicação está refletida, como se pode notar, nos modelos de Hurd e de Costa. A primeira, que focou pesquisadores das ciências naturais e representou o processo todo baseado no eletrônico, parece ter levado em conta a relação com o fato de esses pesquisadores serem mais afeitos a usar tecnologias. A segunda, que estudou cientistas sociais, considerou o processo híbrido, certamente em razão do comportamento desses pesquisadores em relação ao uso de tecnologias. Observa-se, assim, que os padrões de comunicação de diferentes comunidades estão igualmente representados nos modelos.

Ambas as autoras reviram seus modelos recentemente, para melhor representar o contexto atual. As figuras 3.4 e 3.5 apresentam seus novos modelos. Na representação de Costa (2008), é acrescentada a etapa relacionada ao depósito em repositórios digitais. Na representação de Hurd (2004), são salientados os novos papéis de atores individuais e organizacionais envolvidos no processo (pesquisadores, editores, universidades, bibliotecas, sociedades científicas), além de novos atores que participam do processo nos dias atuais, dando destaque às novas ações requeridas pelo uso de tecnologias e pelo acesso aberto.

Outro autor que representou o processo de comunicação científica de modo a ilustrar a questão do acesso aberto, foi Björk (2005), cujo modelo é apresentado na figura 3.6. Como observa Shintaku (2008), Björk se baseou “nos processos, fluxo e elementos do processo de comunicação [...] e a abrangência de seu modelo refere-se tanto aos canais de disseminação quanto às tecnologias utilizadas”. Desse modo, e como resultado do nível de detalhamento dos diagramas que compõem a abordagem do autor, representa com atualidade e propriedade o processo.

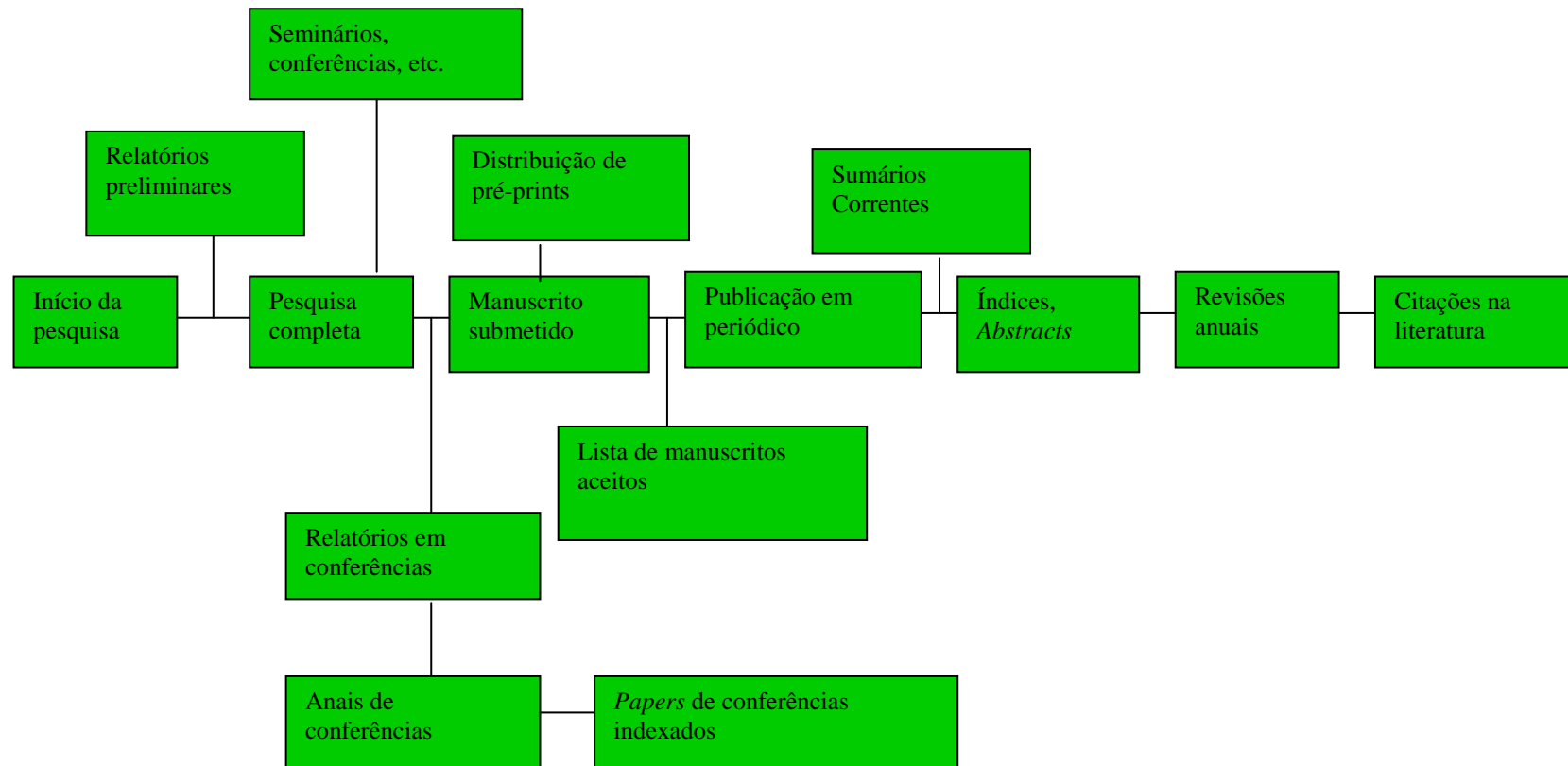


Figura 3.1 - Modelo do processo de comunicação, de Garvey; Griffith, 1979, adaptado por Hurd (1996)

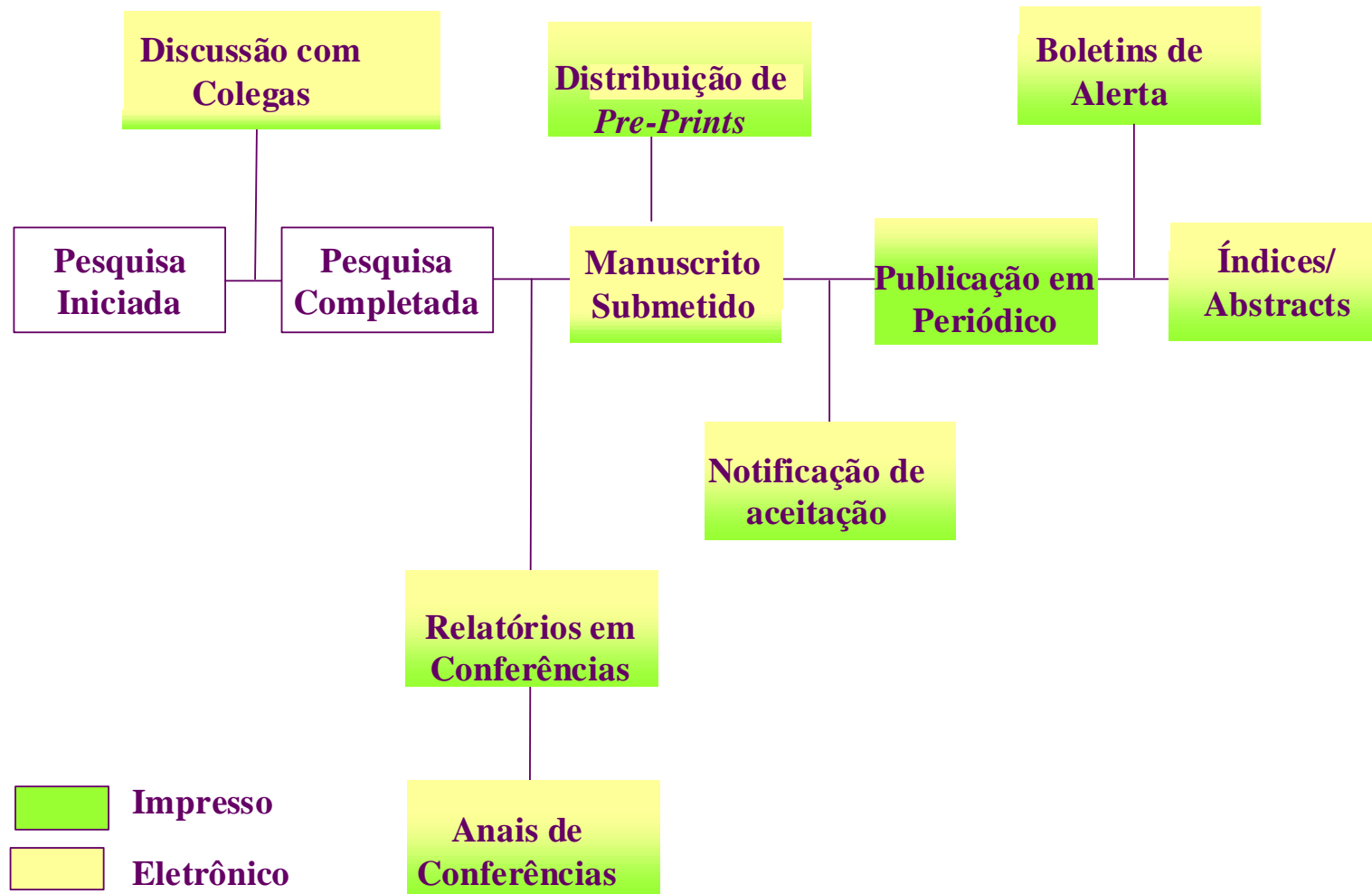


Figura 3.2 - Modelo híbrido do processo de comunicação de Costa (1999), adaptado de Garvey;Griffith (1979)

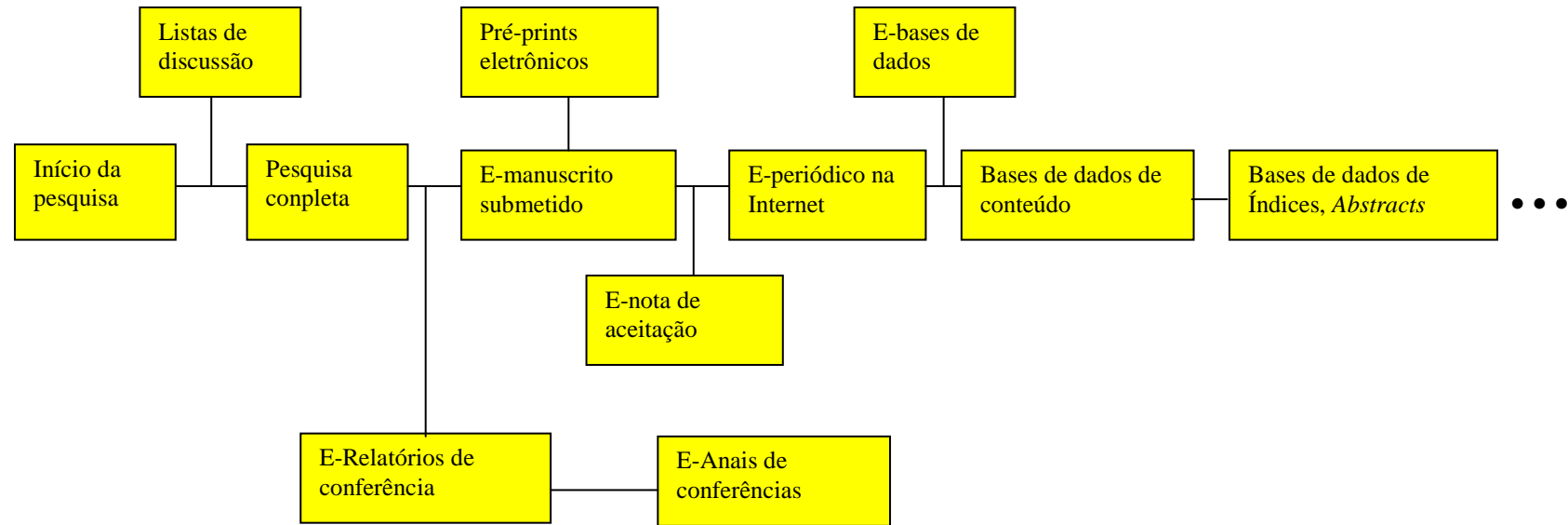


Figura 3.3 - Modelo do processo de comunicação de Hurd (1996), adaptado de Garvey; Griffith (1979)

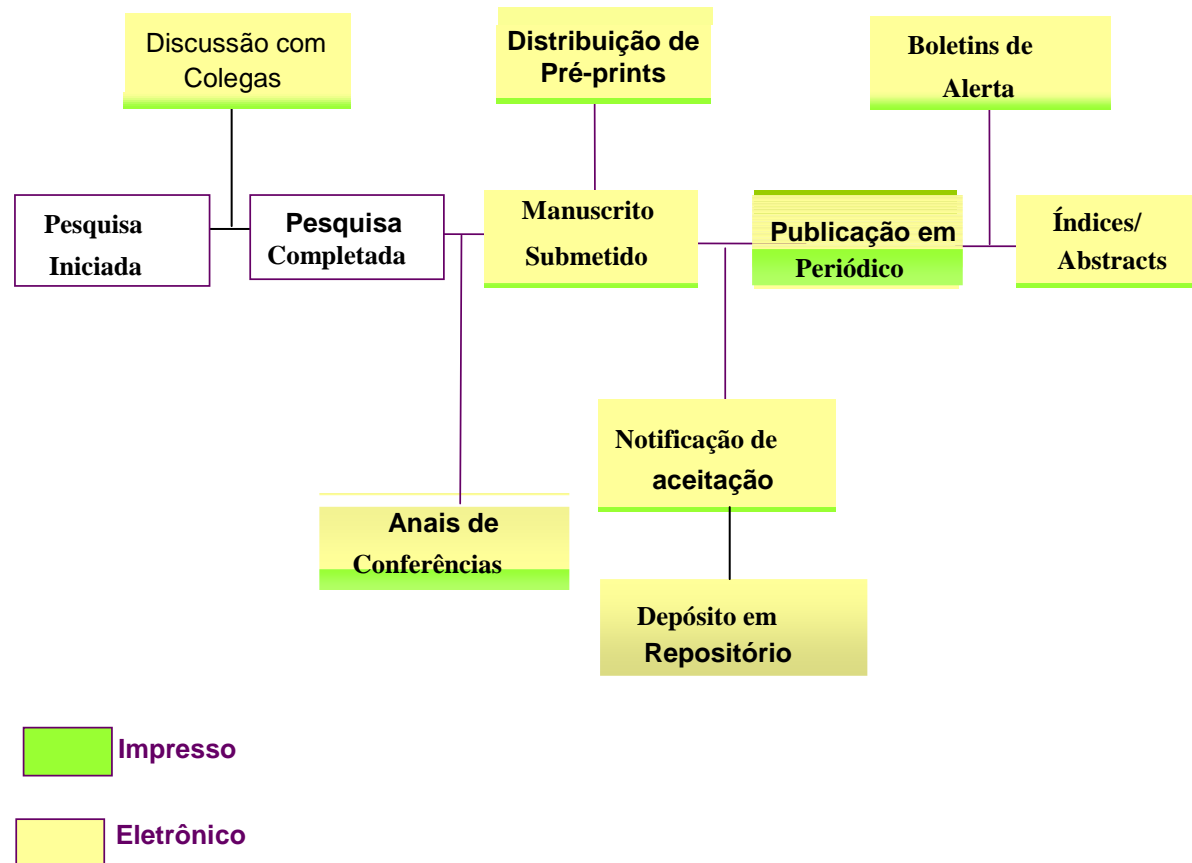


Figura 3.4 - Modelo do processo de comunicação científica de Costa (2008), adaptado de Garvey & Griffith para um ambiente híbrido e no contexto do acesso aberto

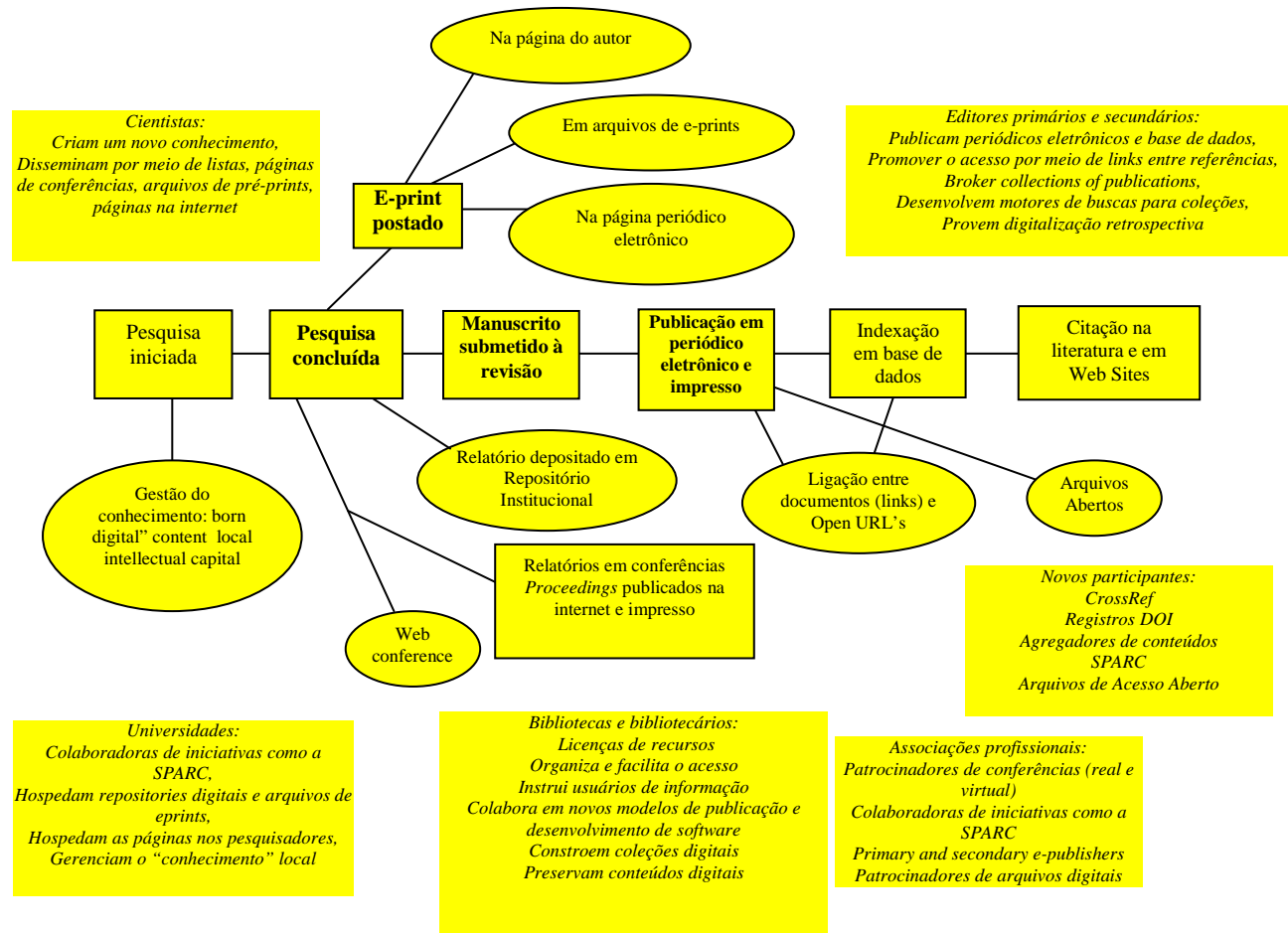


Figura 3.5 - Modelo do processo de comunicação de Hurd (2004), adaptado de Garvey; Griffith (1979) e ilustrando o ambiente baseado no acesso aberto

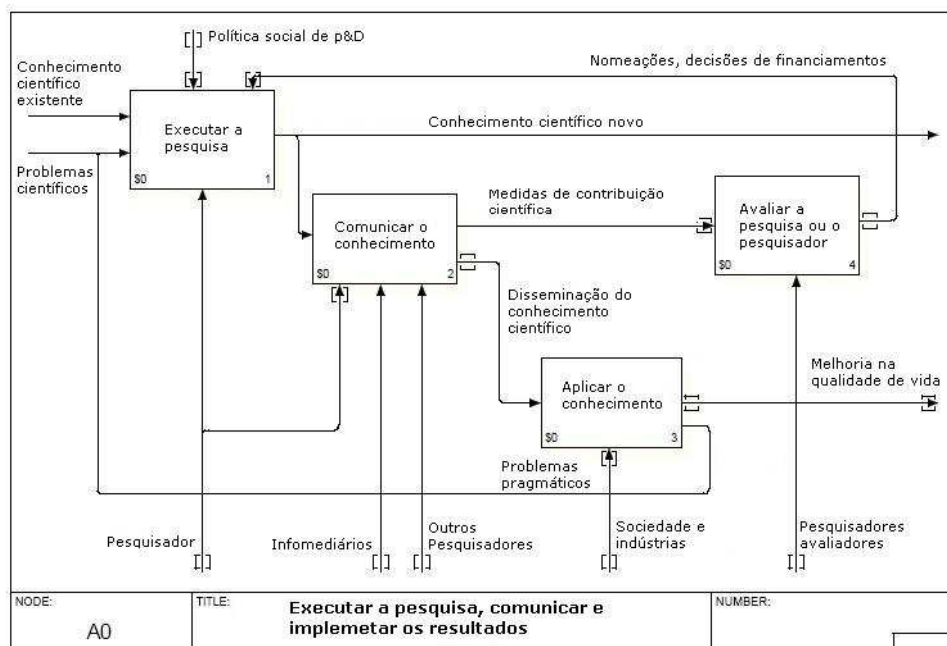


Figura 3.6 – Versão no nível mais agregado do modelo de Björk (2005)

Como é possível depreender dos modelos apresentados, as variadas preocupações com os fenômenos relacionados à comunicação da ciência provocam a proposição de variados modelos que representem o processo nela (comunicação) envolvido. Ademais, novos fenômenos surgidos no ambiente da pesquisa e, conseqüentemente, da comunicação de seus resultados, influenciam o aparecimento de novos modelos. Isso, evidentemente, porque tais modelos são elaborados com o fim de representar, por meio de ilustrações, como se dá o processo de comunicação da ciência.

Uma questão sempre presente em todos eles é a publicação em periódicos, que se tornaram, assim, um dos veículos mais relevantes de disseminação de resultados de pesquisa. Além disso, têm sofrido grandes impactos com o advento das tecnologias da informação, promovendo os aparecimentos dos periódicos eletrônicos.

3.3. Periódicos eletrônicos

Os periódicos, a partir de seu surgimento, tornaram-se os principais veículos de comunicação no seio de comunidades científicas, por terem seus conteúdos validados por especialistas e com isso maior credibilidade. Além disso, as

informações avaliadas e selecionadas pelos editores eram compostas de idéias originais. Os primeiros periódicos surgiram com, pelo menos, três objetivos. O primeiro, tornar a troca de idéias, entre os pesquisadores, mais eficiente. O segundo, formalizar a comunicação científica, que antes ocorria por comunicação oral, correspondência ou livros. O terceiro, registrar as idéias tanto para questões de autoria, quanto para facilitar a continuação dos trabalhos.

Entretanto, os periódicos científicos enfrentam uma crise que se prolonga desde a década de 70, justamente por ter sido o principal meio utilizado para comunicação da pesquisa dentro das comunidades científicas. Com o aumento da demanda, as editoras aumentaram significativamente os preços, com o intuito de lucrar mais. Isso impossibilitou as bibliotecas, especialmente universitárias, de manterem todas as assinaturas, criando uma barreira de acesso aos conteúdos. (KING; TENOPIR, 1998)

Acrescentam King e Tenopir (1998, p.177):

Independentemente das razões que levaram à escalada de preços na década de 1970, as conseqüências mostram que as assinaturas pessoais (em particular) começaram a diminuir; os lucros decresceram; os publicadores aumentaram os preços para as bibliotecas; os leitores passaram a depender mais das suas bibliotecas (e de outras) como fonte de artigos a um custo substancial do seu tempo; as bibliotecas começaram, primeiro, a cancelar as assinaturas duplicadas e, depois, a suspender as assinaturas das revistas caras, mas não freqüentemente consultadas, passando a depender de empréstimos interbibliotecas e de serviços de comutação bibliográfica para atender à demanda por esses artigos; os serviços de apoio tornaram-se mais importantes como um meio de identificar e localizar os artigos de interesse.

Com a crise dos periódicos, intensificaram-se os meios alternativos para a troca de informações científicas. Visando a acompanhar as novas tendências do mercado, algumas editoras começaram a publicar suas revistas em formato eletrônico. É importante chamar a atenção para o fato de que o processo de mudança do formato impresso para o formato eletrônico gera modificações em todos os envolvidos na produção, disseminação e utilização de informações.

Na implementação de qualquer inovação, a aceitação de todas as modificações normalmente segue em uma curva em “S” (Meadows, 1997). Isto é: inicialmente, há um pequeno progresso (a parte inferior do S), depois os indivíduos começam a conhecer o produto e a aceitação se acelera (a parte do meio do S), e, finalmente, quando a maioria da comunidade aceita a inovação, a taxa decrescimento diminui até que seja atingido o objetivo (a parte superior do S).

Seguindo o avanço das novas tecnologias, as publicações eletrônicas tiveram também rápido crescimento. Lancaster (1995) divide seu desenvolvimento em quatro etapas:

- uso de computadores para gerar a publicação impressa (processadores de texto, editoração eletrônica);
- distribuição do texto em formato eletrônico, com a versão eletrônica exatamente igual à versão impressa;
- a publicação eletrônica tem o formato da impressa, mas agrega alguns diferenciais, como possibilidade de pesquisa, produção de metadados, serviços de alerta;
- publicações elaboradas especificamente para o formato eletrônico, que exploram realmente as possibilidades de hiperlink, hipertexto, som, movimento etc.

Devido à importância do periódico na disseminação da informação científica, o impacto do aumento dos preços das assinaturas tem gerado grande discussão entre os pesquisadores. Os cientistas –autores e revisores dos artigos– são, em sua maioria, mantidos por instituições que financiam suas pesquisas. Essas instituições são as mesmas que compram os periódicos que publicam os trabalhos produzidos por seus próprios pesquisadores, e, muitas vezes, não conseguem adquiri-los devido aos preços elevados. (CRUZ et al, 2003)

Pelas razões descritas acima é que surgiram várias iniciativas visando à expansão do acesso a resultados de pesquisa. Foram iniciativas centradas na questão do acesso e envolvendo tanto atores tradicionais do processo de comunicação (pesquisadores, editores, agências de fomento, entre outros) quanto pessoas envolvidas com as tecnologias de informação e comunicação.

Costa e Moreira (2003) reconhecem os novos modelos surgidos tanto para explicar esse movimento quanto para nortear as ações dele decorrentes, como “filosofia aberta”. Dizem as autoras :

o movimento observado nos últimos anos em direção ao uso de ferramentas, estratégias e metodologias que denotam um novo modelo de representar um igualmente novo processo de comunicação científica, ao mesmo tempo em que serve de base para interpretá-lo.

Compreende, entre outras questões:

- software aberto (e/ou livre), para o desenvolvimento de aplicações em computador;
- arquivos abertos, para interoperabilidade em nível global; e
- acesso aberto – questão mais polêmica – para a disseminação ampla e irrestrita de resultados da pesquisa científica. (Costa; Moreira, 2003)

É, portanto, baseado no movimento acesso aberto, colocado como uma questão da comunicação científica, que este trabalho apresenta, de modo sucinto, o estado da arte nos dias atuais. O objetivo é esclarecer tópicos compreendidos pela literatura em relação ao direito autoral no contexto do acesso aberto à literatura científica.

3.4 Considerações finais

A comunicação científica é, sem dúvida, um tema emocionante e empolgante, pela variedade de temas e fenômenos envolvidos em seus estudos. Preocupações iniciais com o fluxo da informação entre cientistas têm sido acrescidas de um sem número de outras que, geralmente, impactam esse fluxo, provocando mudanças no processo de comunicação.

Recentemente, a questão do acesso aberto tem provocado uma verdadeira revolução científica (em termos Kuhnianos), dado que modifica as bases com que o sistema de publicação da ciência lida com a questão do acesso aos conteúdos científicos. Em disciplinas como a Ciência da Informação, as mudanças nos padrões de comunicação constituem, de fato, tema instigante, merecedor de ser explorado na literatura de modo constante, dada a velocidade com que os acontecimentos ocorrem.

CAPÍTULO 4

ACESSO ABERTO À LITERATURA CIENTÍFICA

4.1 Aspectos históricos

À época do auge da crise dos periódicos, que se deu quando da tomada de consciência sobre a possibilidade de meios alternativos para disseminação da ciência, Stevan Harnad publicou um artigo chamado *Scholarly Skywriting and the Prepublication Continuum of Scientific Inquiry*. Segundo o autor, a “disseminação da palavra escrita na ‘Era Pós-Galaxia de Gutemberg’ seria como escrever no céu, para todo mundo ver e adicionar seus comentários como se fosse grafite nos banheiros públicos” (Harnad, 1998).

No meio acadêmico, o movimento em defesa do livre acesso aos trabalhos científicos, como previa Harnad, ficou conhecido como Acesso Aberto. O Acesso Aberto pode ser definido, segundo as declarações de Berlim¹, Bethesda² e Budapeste³, como acesso à “literatura que é digital, online, livre de custos, e livre de restrições desnecessárias de copyright e licenças de uso”. Acesso aberto, nesse sentido, deve remover tanto barreiras de preço quanto de permissão (de uso). Ortellato (2006, p.5) acrescenta, ainda,

a disposição livre e pública de um texto, de forma a permitir a qualquer um a leitura, cópia, impressão, distribuição e, quando for o caso, download, busca ou o link com o seu conteúdo completo, assim como a indexação ou o uso para qualquer fim não comercial.

O movimento do Acesso Aberto surgiu para, além de solucionar problemas com o custo abusivo das editoras, responder também às seguintes perguntas suscitadas no artigo escrito por Friend (2004, p.1)

Why should publicly-funded libraries have to buy back the journal articles authored by academic staff in their own university? Why should academic authors have to sign away all rights to a publisher and have to ask for permission to make multiple copies of their own work for teaching?

O interesse da comunidade acadêmica foi despertado após uma reunião realizada em Budapeste, em dezembro 2001, que ficou conhecida como Budapest

Open Access Initiative (BOAI). Nessa reunião foi elaborado um manifesto que teve como objetivo demonstrar os benefícios do acesso aberto à comunidade, estabelecendo, para isso, duas estratégias. A primeira se preocupou em incentivar os autores a depositar as *pré-prints* de artigos de periódicos em repositórios digitais controlados por alguma universidade ou por uma organização de avaliação. A segunda estratégia abordou o incentivo ao desenvolvimento de novos periódicos com um modelo comercial de acesso aberto. (FRIEND, 2006)

Essas duas estratégias definidas no manifesto de BOAI ficaram conhecidas como Via Verde e Via Dourada, de acordo com Harnad et al (2001 apud Costa, p. 41). A Via Verde é aquela que

Compreende o arquivamento, por parte dos autores, de artigos científicos já publicados ou aceitos para publicação em um periódico referendado. Para isso, obtêm permissão (sinal verde) dos editores que aceitaram seus artigos para publicação, para depositarem em um servidor de arquivos abertos (repositórios) com acesso igualmente aberto. (COSTA, 2006. p.41)

Já a Via Dourada são os próprios periódicos de acesso aberto, e que, “compreendem os periódicos científicos eletrônicos cujo acesso aberto a seus conteúdos é garantido pelos próprios editores”. (COSTA, 2006, p. 41). A autora ressalta que o objetivo da reunião Budapest foi permitir que os leitores encontrem uma literatura relevante e que os autores e seus trabalhos possam ser mais lidos e mais citados gerando um impacto maior na comunidade científica.

Souto e Oppenhhein (2008, p.139) afirmam ainda que os periódicos de acesso aberto (modelo via dourada) já nascem de acesso público e aberto. Já o modelo auto-arquivamento (via verde) permite que os autores depositem seus artigos em repositórios institucionais ou temáticos ou ainda em páginas pessoais dos autores na web.

Em 2003 houve outra reunião em Betesda, responsável por definir a “publicação de acesso aberto”, com o intuito de atingir o quanto antes o acesso aberto à literatura científica primária. Tal definição envolve, como destacado por Costa (2006), duas condições.

A primeira é que autores de direitos autorais devem assegurar a todo usuário:

- direito livre, irrevogável e perpétuo de acesso a seus trabalhos;
- licença para copiar, usar, distribuir, transmitir e exibir trabalhos publicamente, elaborar e distribuir trabalhos derivados, em qualquer meio digital, para qualquer propósito responsável, sujeito à atribuição apropriada de autoria, assim como fazer um número pequeno de cópias impressas para uso pessoal

A segunda diz respeito à publicação completa e os passos necessários para a “transição rápida e eficiente à publicação de acesso aberto” (COSTA, 2006, p.42)

Uma terceira reunião foi organizada em Berlim em 2003 para ratificar as reuniões supra. No entanto, abordava assuntos ainda não citados nas outras, colocando em pauta, por exemplo, os museus, pois dessa vez a reunião focou “tanto o conhecimento resultante da pesquisa científica quanto o que representa a herança cultural das nações” (COSTA, 2006, p. 43). A reunião que ocorreu em Berlim tem se repetido todos os anos para a discussão do assunto e deve permanecer até o momento em que houver interesse para a concretização das idéias que surgiram meio aos manifestos, iniciativas e reuniões da comunicação científica através do acesso aberto.

4.2 Acesso Aberto à Literatura Científica e Acesso Aberto ao Conhecimento Científico

As discussões ao redor do tema se intensificaram bastante com o intuito da comunidade acadêmica contornar a crise na indústria editorial acadêmica, diminuir a assimetria de forças na relação editorial e ainda fazer recomendações de auto-arquivamento a diferentes órgãos. (SOUTO; OPPENHEIM, 2008). Após alguns debates das definições em relação ao que é, de fato, o acesso aberto e o que é o acesso aberto na comunicação científica, alguns trabalhos de estudiosos do assunto revelaram diferenças entre o Acesso Aberto à Literatura Científica e o Acesso Aberto ao Conhecimento. Para tanto, é importante esclarecer que o Acesso Aberto existe nos canais de comunicação formal e informal (COSTA, 2008).

Com isso, é possível perceber que “o acesso aberto ao conhecimento científico, portanto, constitui um tópico mais abrangente do que o acesso aberto à literatura científica”, afirma COSTA (2008, p. 222). A literatura científica se baseia

em conhecimento registrado (conhecimento explícito) e contribui para a comunicação da pesquisa. Os canais de comunicação informais aumentam a interação (socialização de conhecimento tácito) entre a comunidade científica e também contribui para o conhecimento científico (tácito e explícito).

Como este trabalho tem o escopo de demonstrar o estado da arte da relação do acesso aberto com o direito autoral, o termo Literatura Científica foi adotado. Isso porque a exploração comercial de quem detém a Titularidade do Direito Autoral se dá através do conhecimento registrado.

4.3 Acesso Aberto e Acesso livre: necessidade de precisar a terminologia

A definição para a terminologia do Acesso Aberto foi estabelecida no decorrer das reuniões de Budapeste, Betesda e Berlim. Hoje, o entendimento não é, de todo, consensual, em relação à definição apresentada:

Por “acesso-aberto” a esta literatura, entendemos sua disponibilização livre na Internet pública, permitindo a qualquer usuário ler, descarregar, copiar, distribuir, imprimir, buscar ou fazer um *link* para os textos completos destes artigos, capturá-los (*crawling*) para indexação, utilizá-los como dados para *software*, ou utilizá-los para qualquer outro propósito legal, sem outras barreiras financeiras, legais ou técnicas que àquelas inseparáveis do próprio acesso à Internet. A única limitação à reprodução e distribuição, e a única função do *copyright* neste domínio, deve ser o controle dos autores sobre a integridade de sua obra e o direito de serem adequadamente reconhecidos e citados (BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE, 2001)

Prova dessa preocupação em estabelecer bases mais acuradas do que vem a ser o acesso aberto, são as discussões que têm ocorrido recentemente. De fato, observam-se na literatura definições não necessariamente com as mesmas conotações a respeito do que seja acesso aberto. Muito do que se observa nas diferenças de abordagens tem a ver com o tipo de literatura considerada ou o modo de como abordar o objeto do acesso aberto: a literatura? a informação? o conhecimento? a tecnologia?

Verdade é que alguns autores têm procurado definir o termo com mais clareza. Costa (2008) chama a atenção para essa discussão, ao apresentar as tentativas de Suber e Harnad (2008) em clarificar o termo. Suber (2002) considera

que acesso aberto aos artigos dos periódicos científicos significa acesso *online* livre de barreiras financeiras, técnicas e legais para leitores e bibliotecas. O autor, engajado em uma discussão com Stevan Harnad, apresentou em seu blog uma definição visando a estabelecer essa diferença de abordagem para o acesso aberto.

Em uma primeira tentativa, os dois autores categorizaram como acesso aberto “forte” e “fraco”. Contestados fortemente pela comunidade científica, mantêm em análise a melhor forma de classificar os dois tipos de acesso aberto. São eles:

- acesso livre de custo e de, pelo menos, algumas barreiras de permissão de uso. Ou seja: o acesso pré gratuito, e são estabelecidas permissões para o livre uso dos conteúdos;
- acesso livre de custos, mas não de barreiras de permissão de uso. Ou seja: o acesso é gratuito, mas os direitos de cópia são retidos, requerendo procedimentos especiais para o acesso aos conteúdos tornados disponíveis.

Com relação à remoção de apenas algumas barreiras, a iniciativa *Creative Commons* funciona como estratégia que permite estabelecer o nível, ou abrangência de acesso permitido. A figura 3.7 ilustra os tipos de permissão e as combinações entre si, de acordo com a versão 3 do *Creative Commons*.

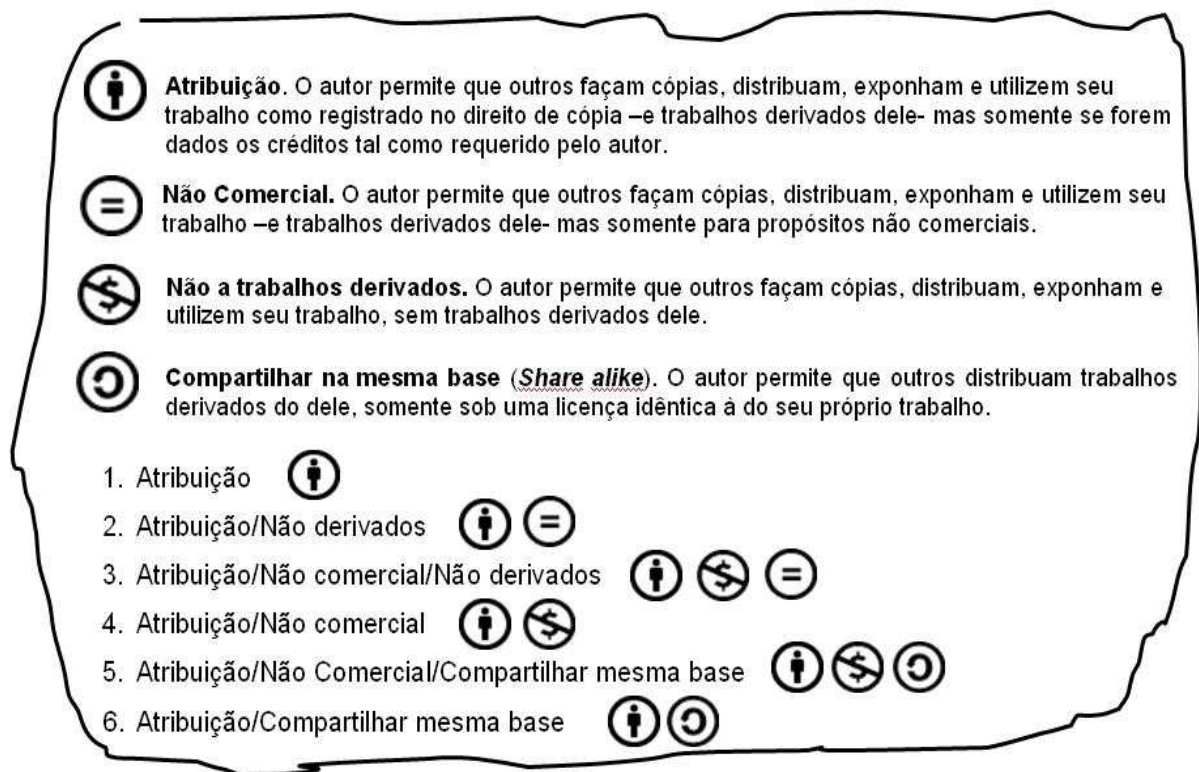


Figura 3.7 – Tipos de permissão com base no Creative Commons

Fonte: Sítio do *Creative Commons*: <http://creativecommons.org/licenses/>

Como se pode observar é necessário algum consenso. Em português, por exemplo, identifica-se o uso dos dois termos: acesso aberto e acesso livre. Em Baptista et al (2006), há uma breve alusão a essa questão. Harnard (2008 apud Costa, 2008), no entanto, desafia a comunidade científica a efetivamente avaliar e decidir sobre o movimento do acesso aberto e a definição correta do termo, considerando que:

- o acesso livre (free) é para o documento digital completo (não apenas para partes ou metadados);
- não há graus de acesso livre (free): acesso a preços mais baixos não é acesso “quase livre”;
- o acesso livre é imediato, não postergado ou embargado;
- o acesso livre é permanente e contínuo;
- o acesso é livre para qualquer usuário em toda a web, não apenas para certos *sites*, domínios ou regiões;
- o acesso livre é a um click e não com “limites manipuláveis” (*gerrymandered*), como os livros no Google, ou os PDF’s bloqueados para cópia.

A visão do autor deixa claro que não existe continuum, conforme suas próprias palavras, pois se trata simplesmente de acesso livre *online*, o qual requer, no entanto, explicitar esses seis pontos por eles destacados. De qualquer modo, destaca-se a necessidade de um entendimento claro sobre o assunto e de uma discussão ampla dentro da comunidade científica mundial.

4.4 Considerações finais

Não restam dúvidas de que o mundo acadêmico vive nos dias atuais a crise do acesso à literatura científica. Por um lado, autores lutam por ter seus trabalhos ampla e irrestritamente disponíveis para serem acessados e usados. Por outro, editores lutam para ter suas publicações restritas a quem possa pagar preços elevados por elas, dificultando, assim, o acesso e o uso por todos.

São essas diferenças que alimentam o debate. No entanto, uma questão que, na verdade, motivou todo o movimento, não tem sido suficientemente debatida: o direito autoral. É notável que a preocupação do acesso à informação no acesso aberto se dá apenas em relação ao Direito Autoral Moral. Cabe ao autor resguardar a legitimidade do conteúdo produzido. Não há intervenção intermediária – editoras – para que o conteúdo seja disponibilizado e, com isso, o autor não necessita transferir quaisquer direitos para que o seu trabalho seja acessado. Além disso, o usuário está apto a utilizar o material como quiser desde que seguindo as diretrizes estabelecidas pelo Direito Autoral, que protege a parte moral do autor.

O modelo tradicional de publicação fere inteiramente esses princípios, visto que o autor transfere, de fato, o direito patrimonial ao editor, que se torna dono dos conteúdos por ele produzidos. O modelo que se baseia na filosofia do acesso aberto, os satisfaz plenamente, visto que luta por resguardar esses direitos do autor. Esse tema será detalhado no próximo capítulo.

CAPÍTULO 5

DIREITOS AUTORAIS

5.1 Breve histórico da proteção ao direito de autor

O direito de autor é uma consequência do processo tecnológico dos meios de comunicação. Na antiguidade esse direito era desconhecido

[...] mesmo na Grécia antiga, berço das artes e capital intelecto; ou ainda Roma, criadora do Direito, no sistema precisamente denominado romanístico, pouco ou nada sabiam sobre meios de proteger os criadores intelectuais da utilização indevida, do plágio, da falsificação de suas obras. (ARAÚJO, 1999)

Com o surgimento da imprensa, intensificaram-se as discussões a cerca dessa questão, em virtude da possibilidade de perda do controle dos autores de trabalhos escritos sobre a reprodução das suas obras, devido a facilidade de multiplicação das cópias impressas. Portanto, as primeiras manifestações dessa evolução dirigiam-se mais aos editores, com o estabelecimento de *regime de privilégios*, concedidos pelos monarcas para a exploração econômica das obras intelectuais. Segundo Cabral (2004, p.5) “o autor no caso não tinha qualquer vantagem econômica”. O sistema beneficiava impressores e vendedores chamados *stationers*.

Desde fins do século XVII foi tomando corpo um forte movimento de opinião favorável à liberdade de imprensa e aos direitos dos autores – os quais consideravam-se protegidos pela common law – e contrários à Stationer Company, de Londres, poderosa corporação empenhada em defender os interesses dos impressores e livreiros que haviam recebido o privilégio de censurar as obras que publicassem. (LIPSZYC apud CABRAL, 1993)

Foi, na verdade, na época da Revolução Francesa, que a propagação de idéias novas fez com que os autores se conscientizassem da importância da sua produção artística. (ARAÚJO, 1999). Surgiu, então, na Inglaterra a lei conhecida como o “Estatuto da Rainha Ana”, invertendo os papéis. De acordo com Araújo (2004, p.5) “... agora os *stationaries* – impressores e livreiros – poderiam continuar imprimindo suas obras, mas deveriam adquiri-las dos autores através de um

contrato especial.” O impacto dessas ações levou os países a iniciarem uma série de ações e tomarem medidas próprias para lidar com a questão. Além disso, o tema tornou-se de suma importância, provocando a realização de convenção específica para sua discussão e tomada de decisão a respeito. É o que trata a seção a seguir.

5.2 Convenção de Berna

Com o Estatuto da Rainha Ana, muitos países editaram leis protegendo os direitos de autor. Entretanto, as nações se recusavam a reconhecer os direitos de autor de trabalhos de estrangeiros. Para tratar dessa e de outras questões, foi realizada, em 1886, na cidade de Berna, Suíça a Convenção da União de Berna (CUB), terceira conferência diplomática sobre direitos autorais, que estabeleceu o reconhecimento do direito de autor entre nações soberanas.

É o mais antigo tratado internacional em vigor e aplicado. Sofreu várias revisões que tiveram por finalidade atualizá-lo em face de novas realidades sem, contudo, alterar sua espinha dorsal que é a defesa e proteção dos direitos patrimoniais e morais do autor. Sua última revisão data de 24 de julho de 1971, com emendas de 28 de setembro de 1979, que é o documento hoje em vigor. (CABRAL, 2003)

A Convenção de Berna tem sido modelo para as legislações sobre direitos autorais em vários países do mundo, inclusive no Brasil. A Convenção foi revista em Paris (1896) e Berlim (1908), completada em Berna (1914), revista em Roma (1928), Bruxelas (1948), Estocolmo (1967) e Paris (1971), e emendada em 1979. Desde 1967 que a Convenção é administrada pela *World Intellectual Property Organization* (WIPO), incorporada às Nações Unidas em 1974. Segundo o site Wikipédia “Em Abril de 2007, eram 163 os países signatários da Convenção.”

5.3 Natureza Jurídica dos Direitos Autorais no Brasil

A Constituição brasileira de 1988 (art. 5, inc. XXVII) confere aos autores o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar. A Lei Maior concede ao autor o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras.

De acordo com o art. 1º da Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, a nomenclatura oficial é “Direitos Autorais”, no plural, e abrange os “Direitos de Autor”, morais ou pecuniários, sobre obras literárias, artísticas ou científicas, e os “Direitos Conexos”.

Questiona-se bastante na doutrina a natureza jurídica dos Direitos Autorais. Certos autores, como Pereira (1998, p. 53), consideram que os direitos autorais, com a subdivisão mencionada, integram, com o direito de propriedade industrial, a grande extensão dos direitos intelectuais. Essa posição, à primeira vista, não parece inadequada. Contudo, o estudo dos métodos de análise, institutos, nomenclatura e princípios próprios e específicos induz à consideração da autonomia da disciplina no campo do Direito, como tendência até mesmo acadêmica.

É importante destacar que a classificação dicotômica do Direito em direitos reais e direitos pessoais vem desde os romanos. Os primeiros autores que versam sobre a matéria procuravam colocar os direitos autorais em uma outra classe do Direito. Isso porque, apesar do direito autoral como direito pessoal ser intransferível, existe a possibilidade de cessão ou delegação de alguns aspectos na esfera moral do direito de autor (ARAÚJO, 2003), como a complementação ou alteração de projetos arquitetônicos por outro profissional.

Por outro lado, no aspecto patrimonial não é necessário transferir todos os direitos patrimoniais. Bittar (1998) vai mais além, afirmando que o direito autoral constitui direito *sui generis*, de disciplina autônoma, e essa autonomia é inquestionável, pelos componentes próprios, princípios específicos e normas de índole particular, continuamente editadas.

Dentre todas as discussões relacionadas ao assunto, os doutrinadores chegam ao consenso de que a natureza do direito autoral é realmente especial, de caráter pessoal e patrimonial. Mais que isso, tem enfoque em duas fases distintas: anterior à publicação, quando existe o direito moral de inédito; e posterior à publicação (ARAÚJO, 1993).

Tais enfoques têm duas implicações. A primeira é patrimonial e se refere ao aproveitamento comercial da obra. A segunda é moral e relativa à personalidade do autor e ao respeito à sua criação e suas características. Direito moral e patrimonial

constituem, assim, os dois temas centrais das discussões a respeito de direitos autorais.

5.3.1 Direito Moral

Conforme o Art. 24, da lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, são direitos morais:

I - o de reivindicar, a qualquer tempo, a autoria da obra;

II - o de ter seu nome, pseudônimo ou sinal convencional indicado ou anunciado, como sendo o do autor, na utilização de sua obra;

III - o de conservar a obra inédita;

IV - o de assegurar a integridade da obra, opondo-se a quaisquer modificações ou à prática de atos que, de qualquer forma, possam prejudicá-la ou atingi-lo, como autor, em sua reputação ou honra;

V - o de modificar a obra, antes ou depois de utilizada;

VI - o de retirar de circulação a obra ou de suspender qualquer forma de utilização já autorizada, quando a circulação ou utilização implicarem afronta à sua reputação e imagem;

VII - o de ter acesso a exemplar único e raro da obra, quando se encontre legitimamente em poder de outrem, para o fim de, por meio de processo fotográfico ou assemelhado, ou audiovisual, preservar sua memória, de forma que cause o menor inconveniente possível a seu detentor, que, em todo caso, será indenizado de qualquer dano ou prejuízo que lhe seja causado.

Souza (2003), como um dos estudiosos do tema, separa os direitos morais em sete tipos distintos, a saber:

- o de paternidade, que diz respeito ao direito do autor de reivindicar a autoria da criação intelectual a qualquer tempo;
- o de ter o nome, pseudônimo ou sinal convencional, ou seja, citação da autoria sempre que a obra for utilizada;
- o direito de ineditismo, quando o autor pode conservar a inédita criação
- o direito de conservar íntegra a obra, referindo-se ao poder do autor de se opor a qualquer modificação da obra ou, ainda, a atos que o prejudiquem e que possam atingir a sua honra.
- o poder de modificar a criação do “espírito” antes ou depois de sua utilização;
- o direito de tirar de circulação a obra ou suspender qualquer forma de utilização já autorizada;

- e, por fim, o direito de ter acesso a exemplar único e raro da obra, quando se encontre em poder de outrem.

Outra norma legal que regula a questão do direito autoral, especificamente no que concerne ao direito moral é a Lei 6.910/98, que inovou em matéria de direito moral. Seu texto restringiu a retirada de circulação ou de suspensão de utilização já autorizada, permitindo-a somente nos casos que implicarem afronta à reputação ou à imagem do autor. O segundo aspecto discutido sobre direito autoral diz respeito ao direito patrimonial, como disposto a seguir.

5.3.2 Direitos Patrimoniais

Pertence originalmente aos autores o direito de utilizar, fruir e de qualquer forma dispor economicamente de suas obras, bem como o direito de autorizar a terceiros sua utilização, no todo ou em parte (BRASIL, 1998). Sobre esse assunto, parece interessante relatar, em poucas palavras, como o tema tem sido tratado em diferentes países, em comparação ao que se adota no Brasil.

A definição alemã de direito patrimonial se baseia na teoria monística e utilitária. Ou seja: “o direito de afirmar sua relação pessoal com o trabalho por ele criado e o direito de explorar suas potencialidades econômicas” (SOUZA, 2003, p.38) são considerados como duas facetas de um único direito. Já a definição francesa baseia-se na teoria dualista e reconhece a parte do direito moral e patrimonial dos direitos autorais. Para tanto, reconhece “a relação criativa entre o autor e sua obra e o seu direito de utilizá-la economicamente (*to put the work to economic use*)” (SOUZA, 2003, p.38)

O Brasil adota a teoria dualista, ao afirmar, na lei Lei 6.910/98, que os direitos autorais possuem uma peculiaridade dos demais ramos da ciência jurídica. Alguns autores como Souza (2003) afirmam que, além do direito pessoal e real, os direitos autorais ainda se classificam como direito das obrigações a partir do momento em que as partes, por atos voluntários, assinam um acordo que gera uma obrigação.

A Lei 9610/98 versa sobre o direito de exploração econômica nos seguintes artigos:

Art. 36. O direito de utilização econômica dos escritos publicados pela imprensa, diária ou periódica, com exceção dos assinados ou que apresentem sinal de reserva, pertence ao editor, salvo convenção em contrário.

Parágrafo único. A autorização para utilização econômica de artigos assinados, para publicação em diários e periódicos, não produz efeito além do prazo da periodicidade acrescido de vinte dias, a contar de sua publicação, findo o qual recobra o autor o seu direito.

Art. 37. A aquisição do original de uma obra, ou de exemplar, não confere ao adquirente qualquer dos direitos patrimoniais do autor, salvo convenção em contrário entre as partes e os casos previstos nesta Lei.

Diferentemente dos demais países, os Estados Unidos da América estabelecem o *copyright* como o direito que protege o Titular do Direito Autoral, ou seja, aquele que detém o direito de exploração comercial da obra, abstendo-se do direito moral do autor. Com isso, o *copyright* ganha legitimidade na discussão de modelos alternativos para a publicação científica.

Em relação ao Acesso Aberto, principalmente, essa legitimidade envolve não só a isenção de barreiras tecnológicas e de custos como também as barreiras legais. (Souto, Oppenheim, 2008). Isso, sem dúvida, empresta ao tema caráter bastante relevante nas discussões sobre o movimento mundial em favor do acesso aberto à literatura científica.

5.4 Considerações finais

Visto que aos direitos autorais é atribuída tal peculiaridade que o diferencia dos demais na Ciência Jurídica, faz-se jus um estudo para detalhar tais diferenças e compreendê-las. Isso porque o direito autoral traz duas características que para o Direito são antagônicas: pessoalidade (direito moral) e patrimonialidade (direito patrimonial). Neste caso, entretanto, há uma convivência harmoniosa, desde que não inspire o acesso à informação, questão que tem, de fato, incitado grande e acalorados debates.

Assim sendo, a harmonia deixa de existir no momento em que a transferência do direito autoral faz do titular uma terceira pessoa interessada em lucrar sobre a obra intelectual do detentor original dos direitos patrimoniais, o autor. Ou seja, o direito moral continua em poder do autor, pois é um direito personalíssimo e, por

isso, intransferível. O direito patrimonial, por outro lado, é transferido, por ser tratado como um direito de propriedade, direito real e que pode ser passado a qualquer momento, desde que haja vontade do titular original do direito. Essas são as questões que motivam, permeiam e norteiam, de fato, todo o movimento em torno do Acesso Aberto à Literatura Científica.

CAPÍTULO 6

O DIREITO AUTORAL NO ACESSO ABERTO À LITERATURA CIENTÍFICA

6.1 Considerações iniciais

Os fatores que determinam o acesso aberto são a crise na indústria editorial acadêmica, a diferença de forças na relação editorial (autor e editora) e as recomendações de auto-arquivamento feitas por diferentes órgãos. Em razão disso, algumas instituições já utilizam alternativas para aproximar o leitor da informação que o interessa facilitando o seu acesso. Uma delas, a *National Institutes of Health*, maior agência de fomento pública americana, estabelece uma política de recomendação de depósito em acesso aberto no repositório da agência e/ou das universidades dos pesquisadores, das pesquisas financiadas pela instituição. Já os *Research Councils* do Reino Unido favorecem o depósito de pesquisas financiadas em repositórios institucionais das universidades britânicas. A Comissão Europeia é também uma instituição, entre outras, e em vários países, a adotar políticas em relação aos Direitos Autorais no contexto do acesso aberto.

No Brasil, o Projeto de Lei n. 1.120, de 2007, em tramitação no Congresso Nacional, estabelece, para o Brasil, a política de acesso aberto e de depósito compulsório em repositórios institucionais de universidades de centros de pesquisa. É, de fato, uma iniciativa pioneira, embora o Congresso Americano já tenha aprovado lei nesse sentido, só que não em âmbito nacional, mas de universidades, como Harvard e Stanford.

No entanto, há, ainda, muitos obstáculos enfrentados pelas iniciativas de acesso aberto. Dentre eles, o direito autoral se apresenta como uma principal causa de enfrentamentos e discussões. Isso porque é nele que as editoras se apóiam para defender seus pontos de vista, por meio de suas políticas próprias de proteção do autor e da integridade do texto, como afirma Mueller (2006). É nele, também que autores devem se basear para lutar por ter seus trabalhos acessíveis.

O movimento do acesso aberto permitiu, de certo modo, que autores e suas instituições participem do mercado distribuidor de conteúdos digitais, competindo, assim, com as editoras. Afinal, esses atores do sistema de comunicação da ciência

passaram a disseminar a própria produção intelectual, interferindo na exclusividade das editoras.

Como já foi mencionado anteriormente, o Movimento do Acesso Aberto se apóia nas estratégias das vias verde e dourada, e o Direito autoral exerce uma grande atuação diante das duas. De fato, são os direitos autorais que definem a forma de acessibilidade do documento, que depende do modo como foram cedidos. Torna-se, portanto, imprescindível que o autor tenha um bom nível de conhecimento sobre o assunto, e que suas instituições definam e adotem políticas que regulem a questão.

6.2 Conhecimento do autor sobre os Direitos Autorais

Apesar da Titularidade do Direito Autoral ser importante para o autor, a maioria não demonstra nenhum tipo de interesse em relação ao assunto, como se observa em recentes discussões pautadas em pesquisas que vêm sendo realizadas sobre o assunto. Algumas razões foram expostas pelos estudiosos. O primeiro motivo, apresentado por Souto e Oppenheim (2008), aponta para o interesse dos autores em publicar nas revistas de impacto.

Tal interesse, por seu turno, está relacionado com as questões sobre promoção na carreira e aumento da probabilidade de serem citados. Um segundo motivo é explanado por Bide (2005), ao dizer que a pressão exercida sobre os autores para publicar em revistas de primeira linha faz com que eles aceitem condições que talvez não aceitariam em outras situações.

Willinsky (2006, p. 49) comenta que a “chave para os direitos autorais (*copyright*, nas palavras do autor) é o direito que autores têm de **lucrar** (grifo do autor original) com seus trabalhos”. O autor acrescenta, ainda, um terceiro motivo para o baixo interesse do autor pelas questões sobre seus direitos autorais, quando afirma que “autores entregam seus trabalhos a editoras como uma troca por ter seus trabalhos revisados e publicados”. Willinsky (2006, p. 49) observa que autores que assim fazem estão, na verdade, trabalhando contra seus melhores interesses.

“**Melhores interesses** (grifo do autor original) em três sentidos: profissional (autores querem contribuir para um bem público maior), de vaidade (busca de reconhecimento) e financeiro (dado que o

sistema de incentivo acadêmico em que trabalham os autores é baseado nesse reconhecimento).”

Percebe-se nesses motivos a falta do conhecimento e interesse do autor diante da questão dos direitos autorais, tema que se tornou crucial no contexto do acesso aberto. Hoorn (apud Rowlands e Nicholas, 2005) fez um estudo e revelou que 30% dos pesquisados desconhecem o detentor dos direitos autorais de seus artigos. Outros 26% admitem seu desinteresse pelo tema direitos autorais, 45% tem um interesse médio e 23% tem um alto interesse. Alguns dos resultados da pesquisa de Hoorn estão apresentados no gráfico 6.1, que ilustra os interesses de autores pelo tema.

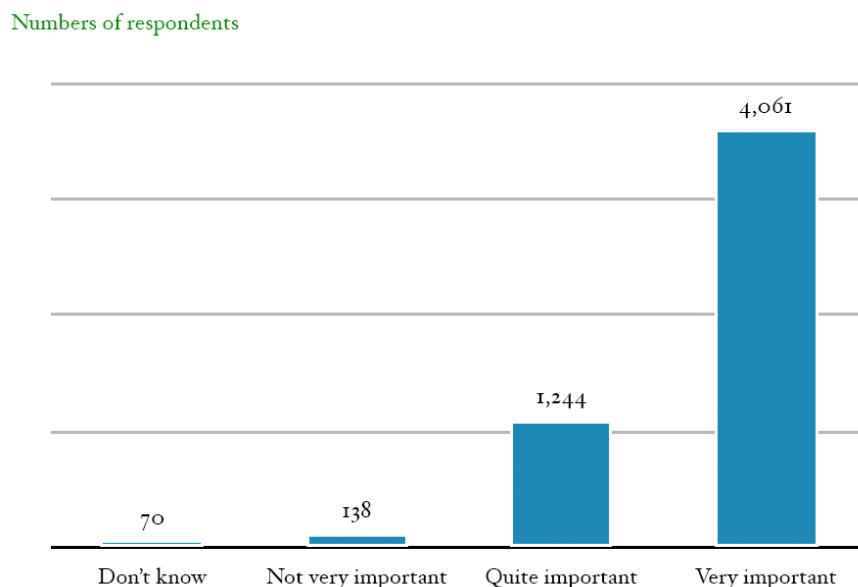


Gráfico 6.1: Pesquisa de Hoorn, citada por Rowlands e Nicholas sobre os interesses de autores no tema direitos autorais. (adaptado)

Fonte: http://www.ucl.ac.uk/ciber/ciber_2005_survey_final.pdf

Dados de pesquisa realizada por Swan e Brown (2005) com um grupo de 1296 autores, em continuação a pesquisas anteriores dos autores, trazem dados interessantes a essa discussão. Interessante por revelar que autores fazem suas escolhas sobre onde publicar, sem se importar com a questão dos direitos autorais. Indagados sobre as razões porque publicam em periódicos de acesso aberto ou periódicos de acesso restrito (assinados), os dados de Swan e Brwon revelaram que:

As principais razões para autores publicarem seus trabalhos em periódicos de acesso aberto são o princípio do livre acesso para todos e suas percepções de que esses periódicos atingem maiores audiências, publicam mais rápido e têm mais prestígio do que os assinados em que costumavam publicar anteriormente. As principais razões para não publicar em periódicos de acesso aberto são que eles (autores) não têm familiaridade com esses periódicos em suas áreas do conhecimento, o que não lhes permite identificar um apropriado para publicar seus trabalhos.

Como se pode notar, a questão dos direitos autorais não constituem, de fato, as principais preocupações dos autores, ao escolher um periódico para publicar seus trabalhos. Constituem preocupação das editoras, por garantirem seus lucros. À medida que editoras têm mais poder de persuasão sobre os legisladores e tomadores de decisão, as variadas leis de direitos autorais dos países as favorecem inteiramente. Urge, portanto, que seja, rediscutidas.

As licenças *Creative Commons* têm sido uma resposta para isso. Desde sua fundação em 2001, a *Creative Commons* “busca estabelecer um novo tipo de ‘reasonable copyright’ por prover aos criadores um novo conjunto de licenças ...” (Willinsky, 2006, p. 40). Em 2005, a iniciativa lançou o *Science Commons*, para oferecer aos autores licenças que lhes permitem reter direitos sobre os *preprints*, *postprints* e republicação, entre outros. No entanto, há, igualmente, um desconhecimento bastante acentuado sobre a iniciativa.

Sem dúvida, o envolvimento do autor para o avanço do Acesso Aberto é de suma importância, já que os direitos autorais estão intrinsecamente ligados ao movimento. O sucesso do Acesso Aberto, portanto, está relacionado com a necessidade de a Titularidade do Direito Autoral voltar a ser do autor.

6.3 Considerações finais

É evidente a relação dos direitos autorais com o acesso aberto à literatura científica, pois a modificação dos contratos dos autores com os editores no que diz respeito aos direitos autorais influenciam no sucesso do Acesso Aberto à Literatura Científica. Cabe, portanto, aos autores, tomarem uma posição diante da questão,

visto que são os responsáveis pela produção intelectual e a transferência da Titularidade do Direito Autoral.

O Movimento do Acesso Aberto depende, dentre outras questões, do envolvimento do autor e das instituições que fomentam a produção intelectual. Isso porque o autor perde a titularidade e as instituições, além de financiarem as pesquisas, têm que custear as coleções de revistas que publicam os trabalhos de seus pesquisadores para os terem disponíveis.

O tema é intrigante, tendo em vista que o Acesso Aberto visa a aumentar o acesso à informação científica e tem como pré-requisito a necessidade do autor de reter a titularidade do direito autoral. Entretanto, os próprios autores desconhecem o titular do direito autoral e demonstram um baixo envolvimento com a questão, o que, impede o desenvolvimento do Movimento do Acesso Aberto à Literatura Científica.

CAPÍTULO 7

CONCLUSÃO

Os avanços das tecnologias de informação e comunicação possibilitaram o surgimento do Movimento do Acesso Aberto, consequência, na verdade, da disposição de pesquisadores em ter seus trabalhos o mais acessíveis possível. O Movimento favorece a permanência da Titularidade do Direito Autoral com o autor, provocando reestruturações no sistema de publicação científica. Entretanto, o fato de as editoras não quererem perder competitividade no mercado torna o Movimento do Acesso Aberto em uma ameaça, na medida em que aumenta o acesso livre de barreiras de custo e de permissão de uso da informação. Desse modo, tende a diminuir os lucros das editoras.

Tudo isso requer que o tema seja tanto bem entendido quanto posto em prática, para o avanço do Movimento do Acesso Aberto à Literatura Científica. É necessário que o autor permaneça com a Titularidade do Direito Autoral, parte patrimonial do direito autoral passível de transferência e exploração comercial. Os princípios que regem o Movimento favorecem isso.

Nota-se que a questão que permeia a dificuldade do avanço do Movimento é a falta de interesse e de conhecimento dos autores a respeito dos direitos autorais, e as editoras aproveitam o estado de inércia do autor para impor condições desfavoráveis. Com isso, o acesso à informação em periódicos, *online* ou não, é restringido, já que os titulares do direito autoral trocam o direito pela revisão entre os pares e pela proposta de proteção oferecida pela editora. Na verdade, é sabido que essa proteção advém da lei e não de um protecionismo utópico oferecido pela editora. É importante, assim, dar ao leitor uma clara indicação do que pode ou não pode ser feito com os conteúdos resultantes de seus trabalhos de pesquisa.

A análise da literatura sobre o tema demonstrou a necessidade do conhecimento desse direito que tanto é discutido em relação a sua natureza jurídica. Seu desconhecimento pode prejudicar a iniciativa, dado que o entendimento das questões dos direitos autorais, juntamente com a conduta dos autores são fatores determinantes para o avanço da disseminação de resultados da pesquisa científica.

Referências

ARAÚJO, Edmir Netto de Araújo. **Proteção judicial do direito de autor**. São Paulo: LTr, 1999.

BAPTISTA, Ana Alice et al. Comunicação científica: o papel da Open Archives Initiative no contexto do Acesso Livre. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação. Número especial, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/377>, acesso em 7 de dezembro de 2008.

BIDE, M. Open archives and intellectual property: incompatible world views? Bath, UK: **Open Arquivos Forum**, 2002. Disponível em: < http://www.oaforum.org/otherfiles/oaf_d42_cser1_bide.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2008.

BOAI: The Budapest Open Access Initiative and other open access work. Disponível em: <http://www.soros.org/openaccess>. Acesso em: 12 jun. 2008.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Direito autoral**. Brasília: Ministério da Cultura, 2006.

BRASIL. **Constituição** (1988). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 1 dez. 2008.

BRASIL. Lei Nº 9.610, de 19 de Fevereiro de 1998. **Lei dos Direitos Autorais**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/LEIS/L9610.htm>. Acesso em: 28 nov. 2008.

CABRAL, Plínio. **A nova lei de direitos autorais**: comentários. 4.ed. São Paulo: Harbra, 2003.

CHAMAS, Cláudia Inês (Coord.). **Propriedade intelectual para a academia**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2003.

COSTA, Sely M. S. Abordagens, estratégias e ferramentas para o acesso aberto via periódicos e repositórios institucionais em instituições acadêmicas brasileiras. **Liinc em revista**, Brasília, v. 4, n. 2, p. 214-228, set. 2008. Disponível em: <<http://www.ibict.br/liinc>>

COSTA, Sely M. S. Filosofia aberta, modelos de negócios e agências de fomento: elementos essenciais a uma discussão sobre o acesso aberto à informação científica. **Ciência da Informação**, Brasília, p.39-50, v.35, n.2, maio/ago 2006.

COSTA, Sely M. S.; MOREIRA, Ana Cristina S. The diversity of trends, experiences and approaches in electronic publishing: evidences of paradigm shift on communication. In: COSTA, S. M. S.; CARVALHO, J. A. C.; BAPTISTA, A. A.; MOREIRA, A.C.S. **From information to knowledge**: proceedings of the 7th ICC/IFIP International Conference on Electronic Publishing. Guimarães: Universidade do Minho, 2003. p. 5-9.

CROW, Raym. **The case for instiutcional repositories**: a SPARC position paper. The Scholarly Publishing and Academic Resources Coalitin, p.21. Disponível em: <<http://www.arl.org/sparc/IR/ir.html>> Acesso em: 13 jun. 2008.

CRUZ, Ângelo Antonio Alves Correa et al. O impacto dos periódicos eletrônicos em bibliotecas universitárias. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 2, p. 47-53, maio/ago. 2003

FERREIRA, Sueli Mara S. P.; MUNIZ JR., José de Souza. **O movimento do livre acesso e a democratização de conteúdos científicos**: um projeto de editoração eletrônica de revistas de ciências da comunicação. Disponível em: <http://dici.ibict.br/archive/00000568/01/artigo1.PDF>. Acesso em: 21 out. 2008.

FRIEND, Frederick J. Who protects the un-protected?, **High Wycombe**, UK, p. 1-2, 2004.

GARVEY, William D.; GRIFFITH, Belder G. Communication and information processing within scientific disciplines: empirical findings. In: GARVEY, William D. **Communication** : the essence of science. Oxford: Pergamon Press, 1979.

HARNAD, S. Scholarly Skywriting and the Prepublication Continuum of Scientific Inquiry. **Current Contents**, n. 45, 9-13, nov. 1991. Disponível em: <<ftp://ftp.princeton.edu/pub/harnad/Harnad/HTML/>> Acesso em: 11 dez. 2008

HARVEY, Judith. What's does ZOLLE stand for?, **Learned Publishing**, n. 16, p. 290-292, 2003.

HOORN, Esther .Copyright Issues in Open Access Research Journals, **D-Lib Magazine**, v. 12, n.2, p.1-9.

HOORN, Esther. **Repositories, copyright and creative commons for scholarly communication**. Disponível em: <<http://www.ariadne.ac.uk/issue45/hoorn/intro.html>>. Acesso em: 10 dez. 2008.

HURD, J. M. Scientific communication: new roles and new players. **Science & Technology Libraries**, v. 25, n. 1, 2004, p. 5-22.

KURAMOTO, Hélio; CAFÉ, Lígia; SENA, Natalia Kneipp. **Open Archives**: uma alternativa para a comunicação científica. Disponível em: < http://www.ibict.br/anexos_secoes/enancib.pdf >. Acesso em: 25 out. 2008.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1996.

LEITE, F. C. L. **Gestão do conhecimento científico no contexto acadêmico**: proposta de um modelo conceitual. 240 f. Dissertação (Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília).

MEADOWS, A. J. **Communication in Science**. London: Butterworths, 1974.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento, **Ciência da Informação**., Brasília, v.35, n.2, p.27-38, maio/ago 2006.

ORLANDO, Pedro. **Direitos autorais**. Brasília: Senado Federal, 2004.

ORTELLATO, Pablo ; MACHADO, Jorge Alberto. **Direitos autorais e o acesso aberto às publicações científicas**, Adusp, p.1-10, ago. 2006.

PIERRE, Luiz Antonio Araujo. **Direito Autoral**. 2.ed. São Paulo: Resumão Jurídico, 2008.

RECENT International Developments In The Area Of Intellectual Property Rights, Disponível em: <http://www.iprsonline.org/unctadictsd/bellagio/docs/Correa_Bellagio2.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2008.

ROWLANDS, Ian; NICHOLAS, Dave. **New Journal publishing models**: an international survey of senior researches. Disponível em: <http://www.ucl.ac.uk/ciber/ciber_2005_survey_final.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2008.

SOUTO, Patrícia Cristina Nascimento; OPPENHEIM, Charles. Direitos autorais e o movimento do acesso aberto: um equilíbrio que demanda novas atitudes. In: FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto; TARGINO, Maria das Graças (Org.). **Mais sobre revistas científicas**: em foco a gestão. São Paulo: Senac São Paulo, 2008.

SOUZA, Carlos Fernando Mathias de. **Direito Autoral**. 2.ed. rev. Brasília: Brasília Jurídica, 2003.

SUBER, Peter; Strong and weak OA. **Open Access News**: news from the open access movement. Terça-feira, 29 de abril de 2008. (Re-postado por Stevan Harnad como Open access: “strong” and “weak”. **American Scientist Open Access Forum**, 29 de abril de 2008) Disponíveis em: <http://www.earlham.edu/~peters/fos/2008/04/strong-and-weak-oa.html>; e em <http://openaccess.eprints.org/index.php?archives/399-guid.html>. Acessados em 30 de abril de 2008.

TENOPIR, Carol; KING. A publicação de revistas eletrônicas: economia da produção, distribuição e uso. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 176-182, maio/ago. 1998

WILLINSKY, John. **The acess principle**: the case for access to research and scholarship. Cambridge, MA: MIT Press, 2006.